



# Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano XI - Nº 2487 Quinta-feira, 19 de Maio de 2011.

# Poder Executivo

## Lei

### LEI Nº 6.717, DE 18 DE MAIO DE 2011.

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para celebrar CONVÊNIO com o Centro de Recuperação Lar Cristão, objetivando o encaminhamento de crianças e adolescentes a clínicas de tratamento para dependência química, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

#### FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar CONVÊNIO com o Centro de Recuperação Lar Cristão - CNPJ nº. 02.933.436/0005-92, para a concessão de subvenção mensal pelo período de 01/05/2011 à 31/01/2012, na forma de auxílio financeiro, nos moldes do art. 12 da Legislação Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Decreto Federal nº 93.872 de 23 de dezembro de 1986.

**Parágrafo único** A referida subvenção mensal será no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), perfazendo um valor total de R\$ 72.000,00 (Setenta e dois mil reais), objetivando o encaminhamento de crianças e adolescentes para tratamento de dependência química em clínicas de reabilitação.

**Art. 2º** O CONVÊNIO reger-se-á pelo disposto no termo, a ser firmado pelos participantes e que passará a fazer parte integrante desta Lei, visando regulamentar as ações das Convenientes.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 18 de maio de 2011; 95ª da Fundação  
e 57ª da Emancipação Política

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA  
Secretário Municipal de Governo

### LEI Nº 6.719, DE 19 DE MAIO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo a realizar, no vigente orçamento, abertura de CRÉDITO ESPECIAL até o montante de R\$ 4.500.000,00 (Quatro milhões e quinhentos mil reais), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

#### FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de CRÉDITO ESPECIAL no exercício vigente até o montante de R\$ 4.500.000,00 (Quatro milhões e quinhentos mil reais) para criação do elemento de despesa e respectiva fonte de recurso:

<b>02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis</b>	
<b>17 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo</b>	
15.452.2300.2173.173 – Conservação e Manutenção de Vias Pavimentadas	
33.90.30.00.00 – 1 – Material de Consumo.....	R\$ 300.000,00
33.90.30.00.00 – 301 – Material de Consumo.....	R\$ 4.200.000,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$ 4.500.000,00</b>

**Art. 2º** Para cobertura do CRÉDITO ESPECIAL, a que se refere o Artigo anterior, será utilizado o recurso proveniente da ANULAÇÃO PARCIAL da seguinte dotação orçamentária e respectivas fontes de recursos:

<b>02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis</b>	
<b>17 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo</b>	
15.452.2300.2173.173 – Conservação e Manutenção de Vias Pavimentadas	
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$ 500.000,00
33.90.39.00.00 – 301 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$ 4.000.000,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$ 4.500.000,00</b>

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 19 de maio de 2011; 95ª da Fundação  
e 57ª da Emancipação Política

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA  
Secretário Municipal de Governo

## Expediente

PREFEITO MUNICIPAL \_\_\_\_\_ JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO  
Vice-Prefeita \_\_\_\_\_ Marília Salles  
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social \_\_\_\_\_ Neuma de Moraes  
Secretaria Municipal de Administração \_\_\_\_\_ Mara Gleiber R. Clara da Fonseca  
Secretaria Municipal de Agricultura e Pec. \_\_\_\_\_ Valdir Correa  
Secretaria Municipal de Desenv. Econ. \_\_\_\_\_ Valdemir Castilho Soares  
Secretaria Municipal de Educação \_\_\_\_\_ Marilda Soares Rufino  
Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer \_\_\_\_\_ Susan Meire Moretti Binha  
Secretaria Municipal de Finanças \_\_\_\_\_ Adão Nunes  
Secretaria Municipal de Governo \_\_\_\_\_ Gerson Araújo de Oliveira  
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo \_\_\_\_\_ Ronaldo Sedy Iticava Uramoto  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente \_\_\_\_\_ Lindomar Alves da Silva  
Secretaria Municipal de Planejamento \_\_\_\_\_  
Secretaria Municipal de Receita \_\_\_\_\_ Regina Celi Marques Ribeiro  
Secretaria Municipal de Saúde \_\_\_\_\_ Valdecir Feltrin  
Secretaria Municipal Transporte, Transito e Desenv. Urbano \_\_\_\_\_ Rodrigo Lugli  
Procuradoria Geral do Município \_\_\_\_\_ Efraim Alves dos Santos  
CODER Cia Desenvolvimento Rondonopolis \_\_\_\_\_ Darci Lovato  
Diário Oficial do Município \_\_\_\_\_ Anna Clara Quintana  
IMPRO \_\_\_\_\_  
SANEAR \_\_\_\_\_ Terezinha Silva Souza  
ServSaúde \_\_\_\_\_ Vilmondes Aprigio da Silva Luz

## DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais  
Impressão, Distribuição e Assinatura  
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526  
Vila Aurora - fone (66) 411-5285  
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h  
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000  
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: Gerson Araújo de Oliveira  
Diário Oficial: Anna Clara Quintana  
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br  
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

#### Tabela de Preços do Diorondon

Exemplar do dia no balcão.....	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)	R\$ 160,00
Exemplar do dia anterior.....	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral retirada no balcão.....	R\$ 50,00	Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros: por centímetro linear de coluna	R\$ 1,20

## Diário Oficial de Rondonópolis - DIORONDON

LEI Nº 6.721, DE 19 DE MAIO DE 2011.

Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para firmar CONVÊNIO com a Diocese de Rondonópolis, no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), na forma de auxílio financeiro, objetivando contribuir com a manutenção da citada Diocese, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas atribuições legais..

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Diocese de Rondonópolis, CNPJ nº 03.843.307/0001-42, no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), na forma de auxílio financeiro, nos moldes do art. 12 da Legislação Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Decreto Federal nº 93.872 de 23 de dezembro de 1986.

**Parágrafo único** O referido Convênio que tem por objetivo contribuir com a realização do Evento Cultural Católico - "ANUNCIA-ME", destinado a toda população e regiões circunvizinhas, corroborando com as comemorações alusivas ao Calendário Oficial deste Município, com fulcro na Lei nº. 6.406/2010.

**Art. 2º** O Convênio cuja celebração se autoriza, reger-se-á pelo disposto no TERMO a ser firmado pelos partícipes e que passará a fazer parte integrante desta Lei.

**Art. 3º** Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento, **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, até o montante de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), para criação do elemento de despesa dentro da seguinte dotação orçamentária e respectiva fonte de recurso:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
01 – Secretaria Municipal de Governo	
27.813.2280.1679.679 – Auxílio Financeiro a Diocese de Rondonópolis	
33.50.41.00.00 – 1 - Contribuições .....	R\$ 7.000,00

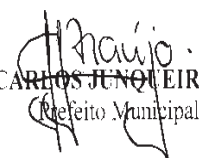
**Art. 4º** Para cobertura do **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, a que se refere o artigo anterior, será utilizado recurso proveniente da **ANULAÇÃO PARCIAL** da seguinte dotação e respectiva fonte de recurso:

02 - Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
01 - Secretaria Municipal de Governo	
04.122.2010.2015.015 – Assessoria de Cerimonial e Eventos	
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF.....R\$	7.000,00

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 19 de maio de 2011; 95º da Fundação  
e 57º da Emancipação Política.

  
**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

  
**GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
Secretário Municipal de Governo

Quinta - feira, 19 de Maio de 2011.

LEI Nº 6.720, DE 19 DE MAIO DE 2011.

Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para firmar CONVÊNIO com a Diocese de Rondonópolis, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas atribuições legais..

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a Diocese de Rondonópolis (Paróquia Sagrado Coração de Jesus) - CNPJ nº 03.843.307/0001-42, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), na forma de auxílio financeiro, nos moldes do art. 12 da Legislação Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e Decreto Federal nº 93.872 de 23 de dezembro de 1986, que tem por objetivo contribuir com a manutenção da citada Paróquia.

**Art. 2º** O Convênio cuja celebração se autoriza, reger-se-á pelo disposto no TERMO a ser firmado pelos partícipes e que passará a fazer parte integrante desta Lei.

**Art. 3º** Fica aberto **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, até o montante de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), para criação do elemento de despesa dentro da seguinte dotação orçamentária e respectiva fonte de recurso:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
16 – Secretaria Municipal de Esporte Cultura e Lazer	
27.813.2280.1678.678 – Convênio com a Diocese de Rondonópolis	
33.50.41.00.00 – 1 - Contribuições .....	R\$ 2.000,00

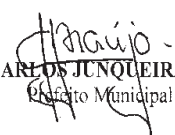
**Art. 4º** Para cobertura do **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, a que se refere o artigo anterior, será utilizado recurso proveniente da **ANULAÇÃO PARCIAL** da seguinte dotação e respectiva fonte de recurso:

02 - Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
01 - Secretaria Municipal de Governo	
04.122.2010.2015.015 – Assessoria de Cerimonial e Eventos	
33.90.36.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – PF.....R\$	2.000,00

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 19 de maio de 2011; 95º da Fundação  
e 57º da Emancipação Política.

  
**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado  
no DIORONDON.

  
**GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
Secretário Municipal de Governo

**LEI Nº 6.718, DE 19 DE MAIO DE 2011.**

Estabelece diretrizes e procedimentos quanto à concessão, gestão e fiscalização dos contratos de utilização de áreas edificadas ou não edificadas, instalações, equipamentos e serviços no Aeroporto Municipal Maestro Marinho Franco, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas atribuições legais...

**FAÇA SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**SEÇÃO I**

**DO OBJETO**

**Art. 1º** Os procedimentos pertinentes à concessão, gestão e fiscalização dos contratos de utilização de áreas edificadas ou não edificadas, instalações, equipamentos e serviços no Aeroporto Municipal Maestro Marinho Franco serão regidas pelas normas estabelecidas nesta Lei, em consonância com os demais atos normativos expedidos pelas autoridades competentes.

**Art. 2º** A exploração da infraestrutura aeroportuária no Município de Rondonópolis constitui serviço de interesse público, que somente poderá ser executado mediante prévia e expressa autorização do Poder Executivo, após o certame licitatório adequado, ressalvadas as hipóteses de dispensa e inexigibilidade previstas na legislação competente

**SEÇÃO II**

**DAS DEFINIÇÕES**

**Art. 3º** Para os fins desta Lei, considera-se:

**I** - agente comercial de fiscalização: servidor do Município de Rondonópolis responsável por exercer atividades de fiscalização dos contratos comerciais, convênios e cessão de uso nas respectivas Dependências aeroportuárias;

*[Assinatura]*

**II** - área concedida: quaisquer instalações e/ou os espaços físicos, edificados ou não edificados, administrados pelo Governo Municipal, utilizados por terceiros (concessionários) sob a condição de concessão ou cessão de uso, mediante celebração de contrato, convênio ou emissão de Autorização de Uso de Área;

**III** - atividades administrativas públicas: atividades de interesse público desenvolvidas por órgãos ou entidades governamentais, devidamente enquadradas no art. 4º da Resolução n.º 113 da ANAC, de 22 de setembro de 2009;

**IV** - atividades operacionais: atividades aeroportuárias enquadradas no art. 5º da Resolução n.º 113 da ANAC, de 22 de setembro de 2009;

**V** - atividades comerciais: demais atividades exercidas nos aeroportos, não enquadradas nas alíneas "III" e "IV";

**VI** - concedente: o Município de Rondonópolis, titular da área, signatária;

**VII** - concessionário: pessoa física ou jurídica signatária do instrumento contratual com o Município de Rondonópolis, cujo objeto é a concessão de área aeroportuária;

**VIII** - contrato de concessão de acesso: instrumento jurídico pelo qual o Município de Rondonópolis concede à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, o acesso a áreas aeroportuárias para a execução de suas atividades;

**IX** - contrato temporário: instrumento jurídico utilizado para concessão de áreas para promoções, propagandas, exposições temporárias e atividades experimentais, com ou sem comercialização de produtos ou serviços, com duração de até 03 (três) meses;

**X** - uso compartilhado: quando duas ou mais empresas desenvolvem atividades semelhantes, de natureza operacional, utilizando mesma área;

**XI** - clientes corporativos: concessionários que, independentemente da natureza das atividades exercidas em um ou mais aeroportos, apresentem faturamento bruto anual expressivo;

**XII** - fiscalização boca-de-caixa: registro, "in loco", das vendas unitárias efetuadas pelo concessionário visando à verificação do faturamento;

**XIII** - fiscalização comercial: atividade por meio da qual o servidor responsável pela fiscalização verifica, junto aos concessionários ou cessionários, o fiel cumprimento das obrigações acordadas em contrato ou convênio;

**XIV** - fiscalização eventual: fiscalização a ser executada em razão de acontecimentos não programados, incertos, casuais, fortuitos ou acidentais;

**XV** - parte variável: corresponde ao percentual aplicado sobre o faturamento bruto mensal do concessionário, devidamente acordado em cláusula contratual, a

*[Assinatura]*

2

Quinta - feira, 19 de Maio de 2011.

ser pago ao Município, podendo ser cumulado com outras formas de remuneração:

**XVI** - preço específico: valor a ser pago pela concessão de uso de áreas, de edifícios, de instalações e equipamentos aeroportuários, que poderá ser composto de preço fixo, variável e/ou preço mínimo, podendo ser cumulado com outras formas de remuneração;

**XVII** - preço fixo: valor fixo, mensal, pago pelo concessionário, referente à concessão de uso de áreas, de instalações e de equipamentos dos aeroportuários;

**XVIII** - preço mínimo: o valor mínimo, mensal, a ser pago pelo concessionário, quando houver parte variável, na composição do preço mensal, prevalecendo sempre o maior apurado, podendo ser cumulado com outras formas de remuneração;

**XIX** - seguro garantia: o seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas, por pessoa física ou jurídica, em licitações e contratos;

**XX** - seguro de responsabilidade civil: seguro de proteção contra danos a terceiros que exija, da Empresa ou do concessionário, reparação civil;

**XXI** - termo de apostilamento: registro unilateral para formalizar reajustamento do preço contratual, de acordo com o fixado no edital e no contrato;

**XXII** - projeto básico: documento que contém os elementos necessários à formalização da proposta de preços dos interessados, em especial à natureza do objeto da concessão, sua abrangência e especificidades, descrição da área a ser concedida, sua situação física, exigência de habilitação para contratação, os prazos relacionados à concessão, as condições para disponibilização da área pelo Município de Rondonópolis, critério de aceitação do objeto, deveres da contratada e da contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva, entre outros elementos imprescindíveis à celebração do contrato.

**XXIII** - concessão com investimentos: aquela que implica na elaboração de benfeitorias permanentes e que serão, ao término do contrato, revertidas ao patrimônio do aeroporto municipal.

**CAPÍTULO II**

**DA UTILIZAÇÃO DOS ESPAÇOS**

**Art. 4º** A fim de viabilizar a exploração da infraestrutura do Aeroporto Maestro Marinho Franco e dar efetividade à atividade de aviação no Município, o Poder Executivo deverá proceder à licitação das áreas edificadas e não edificadas disponíveis, exceto daquelas destinadas à utilização de empresas aéreas que realizem transportes de passageiros.

*[Assinatura]*

3

**Art. 5º** As áreas não edificadas para futura concessão e posterior edificação estão definidas no Plano Diretor de Expansão de Áreas Aeroportuárias, o qual é parte integrante desta Lei, identificados como lotes destinados a hangares.

**Parágrafo único** Dentre as áreas não edificadas, poderão ser utilizados até 120 ha (cento e vinte hectares) para cultivo de lavouras, desde que respeitado o princípio de segurança operacional e as determinações da administração aeroportuária quanto ao horário de trabalho e tipo de cultivo, não ferindo as normas da aviação civil em geral.

**Art. 6º** As áreas edificadas no interior do Terminal de Passageiro (TPS) estão identificadas conforme planta baixa que é parte integrante desta Lei, nos termos que seguem:

**I** - 04 (quatro) posições de check-in a dispor das empresas aéreas;

**II** - 01 (um) espaço destinado para restaurante e lanchonete;

**III** - 03 (três) salas comerciais para lojas e serviços aos usuários, identificadas pelos números 1, 2 e 3, das quais 01 (uma) deverá ser destinada a associações ou entidades que divulguem trabalho artesanal regional;

**IV** - 02 (dois) espaços no saguão do terminal de passageiro para instalação de quiosque para oferta de serviços e produtos, medindo cada um no máximo 4m2;

**V** - espaços para instalação de painéis publicitários, sendo:

a) 08m² na sala de desembarque;

b) 08m² sala de embarque;

c) em todos os carrinhos para auxílio de transporte de bagagens no interior do aeroporto em quantidade suficiente para atender a demanda de passageiros;

d) não superior a 0,5 m² em cada unidade de espelhos dos banheiros;

e) não superior a 0,5 m² em cada unidade dos fraldários;

f) 04 m² na ante sala de embarque;

g) não superior a 08 m² na *hall* de entrada na parte superior da porta de entrada;

**Art. 7º** Os espaços a serem licitados deverão ter limitações quanto ao número de empresas a operar no mesmo ramo de atividade no interior do aeródromo, conforme classificação do aeroporto obedecendo a Resolução 115 ANAC, em seu anexo, de acordo com a quantidade de passageiros atendidos por ano e critérios impostos pela administração como abaixo descrito:

*[Assinatura]*

4



**I - Classe I (menos de 100.000 passageiros no ano anterior)**

- a) 01 Restaurante e Lanchonete;
- b) 02 Locadoras de Veículos;
- c) 01 Loja de Utilidades e Conveniência/Sourveniers;
- d) 01 Malex e serviços de auxílio a bagagens;
- e) 20 Hangares;
- f) 01 PAA (Posto de Abastecimento de Aeronaves);
- g) 02 Oficinas Mecânicas de Aeronaves;

**II - Classe II a IV (acima 100.000 passageiros no ano anterior)**

- a) Mínimo 02 Restaurantes e Lanchonetes;
- b) Mínimo 02 Locadoras de Veículos;
- c) Mínimo 02 Lojas de Utilidades e Conveniência/Sourveniers;
- d) Mínimo 02 Malex e serviços de auxílio a bagagens;
- e) Mínimo 30 Hangares;
- f) Mínimo 02 PAA (Posto de Abastecimento de Aeronaves);
- g) Mínimo 03 Oficinas Mecânica de Aeronaves;

**Parágrafo único** Outras empresas de ramos de atividade não mencionados neste artigo poderão instalar-se no aeródromo municipal, desde que atendidas às disposições desta Lei e constatada a disponibilidade de espaço e a utilidade do empreendimento.

**Art. 8º** Os projetos de construção, reforma ou ampliação no interior do aeroporto municipal deverão ser aprovados pela administração aeroportuária em conjunto com a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo e prever áreas adequadamente posicionadas, dimensionadas e independentes nos aspectos de instalações elétricas, hidráulicas, sistemas de ar condicionado e telemática, objetivando a concessão comercial.

**CAPÍTULO III****DOS PROCEDIMENTOS**

**Art. 9º** As concessões de uso de áreas, de instalações, de equipamentos, de facilidades e serviços no âmbito das dependências do Aeroporto Municipal Maestro Marinho Franco serão, necessariamente, precedidas de licitação, ressalvadas as exceções situações previstas no art. 40 da Lei nº 7.565/86.

**Art. 10** Os procedimentos licitatórios relacionados às concessões de que trata esta Lei deverão ser precedidos de projeto básico elaborado pela administração aeroportuária, encaminhado a Comissão Permanente de Licitação responsável.

**CAPÍTULO IV****DOS PRAZOS**

**Art. 11** O prazo contratual de concessão de uso de áreas comerciais, instalações e equipamentos serão definidos no instrumento convocatório e correspondente contrato, limitado a:

**I** – até 3 (três) meses, sem prorrogação, nas concessões de áreas para utilização eventual ou promocional, em caráter transitório, com ou sem comercialização de produtos ou serviços;

**II** - até 60 (sessenta) meses, nas concessões sem investimentos;

**III** - até 180 (cento e oitenta) meses, nas concessões com investimentos, obedecendo anexo I, desta lei;

**IV** - nas concessões sem investimentos, destinadas à publicidade os contratos limitar-se-ão em até:

a) 06 (seis) meses para as atividades de publicidade que não incorram em elevados dispêndios dos concessionários;

b) 18 (dezoito) meses para as atividades de publicidade que incorram em elevados dispêndios (não amortizáveis) dos concessionários;

c) 24 (vinte e quatro) meses para as atividades desenvolvidas em quiosques (exceto promoções) e serviços;

d) 48 (quarenta e oito) meses para as atividades relacionadas à: livrarias, conveniências e vestuários em geral, artesanatos, caixa eletrônico, joalherias, drogarias, locadoras e demais atividades do varejo;

e) 48 (quarenta e oito) meses para as atividades vinculadas a restaurantes, lanchonetes, *fast food* e estacionamentos;

f) 48 (quarenta e oito) meses para as atividades vinculadas às agências bancárias, lojas francas e restaurantes, cujo montante de dispêndios do concessionário para adequação da área (não amortizáveis) justifique o prazo;

**V** - os contratos de concessão de uso de área com investimentos terão duração pelo período seguramente necessário à viabilidade econômico-financeira dos empreendimentos, respeitados os prazos descritos nos atos normativos federais pertinentes, conforme Tabela em anexo I.

**VI** - para enquadramento no prazo justo e necessário a fim de amortizar investimentos deverá ser levado em conta:

a) natureza da concessão;

b) amortização do capital a ser investido pelo concessionário;

c) estimativa de lucro;

d) condições vantajosas para o público usuário;

e) comparativo do valor investimento frente ao anexo I desta lei.

**Art. 12** A administração aeroportuária efetuará estudo de viabilidade do empreendimento, com base nos dados indicados no Projeto Básico, determinando o prazo de amortização adequado, fazendo comparativo entre memorial de cálculo ou descritivo do custo da obra, com planilha constante em anexo I desta lei, que determina valores e prazos a serem a serem observados.

**Art. 13** Em caso de não entendimento quanto ao prazo final para amortização de investimentos, a Prefeitura Municipal poderá fixar um prazo não superior a 25% (vinte e cinco por cento) do período total preconizado nos atos normativos pertinentes, até a perfeita concordância entre as partes sobre o objeto do contrato regulado por esta lei.

**CAPÍTULO V****DO VALOR**

**Art. 14** A efetiva utilização de áreas, edifícios, instalações, equipamentos, facilidades e serviços do Aeroporto Municipal Maestro Marinho Franco estará sujeita ao pagamento referente aos valores que incidirem sobre a parte utilizada.

**Art. 15** O valor mensal para as atividades comerciais é decorrente da oferta da licitante adjudicatária na licitação.

**Parágrafo único** Nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação legalmente previstos, onde se ressalta a oportunidade do negócio, o valor definido deverá observar os padrões de mercado.

**Art. 16** A Administração do Aeroporto deverá propor os valores das concessões comerciais, os quais deverão ser ratificados formalmente pelo Secretário Municipal de Transporte e Trânsito, tomando como parâmetros comparativos de no mínimo, um dos fatores listados a seguir:

**I** - preços já praticados no Aeroporto Municipal de Rondonópolis/MT;

**II** - preços do mercado imobiliário local;

**III** - outros fatores julgados convenientes;

**IV** - laudos técnicos quanto à formação de preço de áreas não edificadas e áreas edificadas no interior do terminal de passageiro.

**Parágrafo único** O fator a ser utilizado na formação dos valores mencionados no caput deverá ser o que correspondente à proposta mais vantajosa à concedente.

**Art. 17** Em se tratando de alocação de áreas para as atividades administrativas públicas indicadas no art. 4º da Resolução nº 113/2009 - ANAC, a concessão dependerá de parecer favorável da área operacional competente que deverá inclusive, determinar o local e o seu dimensionamento.

**Art. 18** Para as atividades comerciais, que envolvam venda de produtos ou serviços, o valor deverá, preferencialmente, ser definido pela seguinte composição, cumulável ou não:

**I** - parte variável;

**II** - preço fixo;

**III** - preço mínimo.

**Art. 19** Prevalecerá como valor a ser pago pelo concessionário ao Município de Rondonópolis o maior dos valores definidos na condição expressa no artigo anterior.

**Art. 20** Para as atividades comerciais que não envolvam venda de produtos ou serviços como contratos temporários, carregadores de bagagem, propaganda, publicidade, engraxates, câmbio, correios, loteria, autônomos e outros, o valor poderá ser formado somente de preço fixo.

**Art. 21** A utilização de equipamentos, facilidades e serviços e o acesso para execução de serviços não abrangidos pelas tarifas aeroportuárias terão seu preço estabelecido pelo Administrador do Aeroporto.

**Art. 22** Para a verificação do valor a ser pago mensalmente aos cofres públicos municipais, tomando-se como base a parte variável, adicional ao valor fixo definido no contrato, os concessionários devem encaminhar mensalmente à Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, relatório do faturamento bruto diário do mês anterior.

**Art. 23** Com base nos dados constantes no relatório mencionado no artigo anterior, serão calculados os valores a serem ressarcidos, aplicando-se o percentual de participação estabelecido em contrato.

**Art. 24** Caso o concessionário não apresente o relatório definido no subitem anterior no prazo estipulado no contrato, a Área Administrativa do Aeroporto deverá comunicar a respectiva Área Comercial, que imediatamente tomará as providências pertinentes à questão.

## CAPÍTULO VI

### DO CONTRATO

**Art. 25** Os valores dispostos nos contratos deverão ser reajustados com periodicidade anual, tomando-se por base a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ou outro indexador econômico que venha a substituí-lo no período considerado de vigência do contrato.

**Art. 26** Os contratos de concessão pactuados por períodos superiores a 48 (quarenta e oito) meses deverão conter cláusula específica de revisão das bases contratuais, a cada 24 (vinte e quatro) meses, objetivando o restabelecimento do equilíbrio do contrato, que se mantenha o equilíbrio contratual, quando configurada a necessidade de adequação do contrato às finalidades do interesse público, as cláusulas econômico-financeiras dos contratos de concessão serão revistas.

**Art. 27** O reajuste de valores previsto no respectivo contrato, poderá ser efetivado por simples Apostilamento, sendo dispensada a celebração do Termo Aditivo.

## CAPÍTULO VII

### DA FISCALIZAÇÃO

**Art. 28** Compete à Administração Aeroportuária a elaboração de instituir cronograma de visita aos concessionários para monitoramento ou inspeção a ser realizada periodicamente, ocasião em que deverão ser abordados os seguintes itens, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários:

**I** - obras de instalação/adequação - verificar se o concessionário está cumprindo com os prazos convencionados e as normas impostas pela administração;

**II** - objeto contratual - verificar se a atividade desenvolvida pelo concessionário está em conformidade com o especificado em contrato;

**III** - faturamento bruto diário do concessionário - acompanhar a evolução do faturamento bruto apresentado pelo concessionário, confrontando seu desempenho frente aos meses anteriores;

9

**IV** - instalações físicas (edificadas ou não edificadas) - verificar as condições gerais da área concedida (estrutura predial, *layout* da loja, vitrines, comunicação visual, instalações hidráulicas e elétricas, conservação e limpeza, móveis e equipamentos, área verde, cerca, acesso);

**V** - horário de funcionamento - verificar se o horário de funcionamento da loja condiz com o acordado em contrato, e se está disponível aos usuários de maneira visível;

**VI** - qualidade no atendimento - avaliar, por meio de dados obtidos via reclamação dos usuários ou via constatação *in loco*, o comportamento dos funcionários perante o público;

**VII** - propaganda - verificar se as propagandas expostas na área concedida estão amparadas contratualmente;

**VIII** - *stands* - verificar se o concessionário está cumprindo com os prazos para instalação e retirada de stands, bem como sua correta utilização;

**IX** - área ocupada - verificar constantemente se o espaço ocupado pelo concessionário condiz à localização e metragem acordadas no contrato;

**X** - precificação dos produtos ou serviços - verificar se os produtos expostos ou serviços oferecidos estão sendo precificados de maneira visualmente correta, cumprindo com o Código de Defesa do Consumidor.

**XI** - observar principalmente se o concessionário vem cumprindo as Resoluções da ANAC, de forma ampla e geral conforme o ramo de atividade, principalmente a IAC 107/1007A, podendo o mesmo sofrer sanções previstas em tais ordenamentos.

**XII** - Como forma de sanção poderá ser aplicada multa ou até rescisão contratual.

## CAPÍTULO VIII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

**Art. 29** Para regularização de posse das áreas já concedidas, será criada uma comissão via Portaria expedida pelo Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, a fim de avaliar o período já utilizado pelo concessionário em questão, fazendo um levantamento do valor investido e do período de utilização da área pelo mesmo para amortização do investimento, conforme tabela em anexo I.

**Parágrafo único** Caso a comissão mencionada no *caput* constata a total amortização do valor do investimento frente ao período já utilizado pela concessionária, esta deverá se submeter a novo procedimento para concessão, observadas as disposições desta Lei e demais regulamentos pertinentes.

**Art. 30** A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto, atendendo ao interesse público.

**Art. 31** As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

**Art. 32** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Rondonópolis, 19 de maio de 2011; 95ª da Fundação e 57ª da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS VUNQUEIRA DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA  
Secretário Municipal de Governo

## ANEXO I

TABELA ORIENTATIVA PARA CÁLCULO DE PRAZO DE AMORTIZAÇÃO EM ANOS, DAS BENEFITÓRIAS EFETUADAS PELO CONCESSIONÁRIO, COM BASE NA APRESENTAÇÃO À CONDICIONANTE, DE PLANTA BAIXA PORVENIDORIZADA (anexada aos demais Projetos complementares de instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, telefônicas, prevenção e combate a incêndio, sistema de proteção à descargas atmosféricas (spda), sonorização, segurança, assim como o cálculo estrutural e de fundações das obras) e da PLANILHA CONTEÚDO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO, contendo demonstração circunstanciada de dados, para que se constitua em Cláusula do "CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE ÁREA AEROPORTUÁRIA NÃO EDIFICADA COM REVERSÃO".

VALOR CORRESPONDENTE AO INVESTIMENTO REALIZADO PELO CONCESSIONÁRIO EM ÁREA AEROPORTUÁRIA NÃO EDIFICADA COM REVERSÃO, BASEADO NA "PMC - PLANILHA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO" DA OBRA		PRAZO DE AMORTIZAÇÃO ACORDADO EM ANOS	
De	Até	3	15
R\$ 101.000,00	R\$ 200.000,00	6	15
R\$ 201.000,00	R\$ 300.000,00	7	15
R\$ 301.000,00	R\$ 400.000,00	8	15
R\$ 401.000,00	R\$ 500.000,00	9	15
R\$ 501.000,00	R\$ 600.000,00	10	15
R\$ 601.000,00	R\$ 700.000,00	11	15
R\$ 701.000,00	R\$ 800.000,00	12	15
R\$ 801.000,00	R\$ 900.000,00	13	15
R\$ 901.000,00	R\$ 950.000,00	14	15
R\$ 951.000,00	ACIMA DE	15	15

# Diário Oficial de Rondonópolis - DIORONDON

## LEI Nº. 6.723, DE 19 DE MAIO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo a realizar, no vigente orçamento, abertura de **CRÉDITO SUPLEMENTAR** até o montante de R\$ 294.900,00 (Duzentos e noventa e quatro mil, novecentos reais) e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

### FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de **CRÉDITO SUPLEMENTAR** no exercício vigente até o montante de R\$ 294.900,00 (Duzentos e noventa e quatro mil, novecentos reais) para reforços das seguintes dotações orçamentárias:

#### 02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis

##### 01 – Secretaria Municipal de Governo

04.122.2010.2011.011 – Manutenção da Secretaria  
44.90.52.00.00 – 1 – Equipamentos e Material Permanente..... R\$ 60.000,00

##### 03 – Secretaria Municipal de Finanças

04.122.2030.2027.027 – Manutenção da Secretaria  
33.90.36.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.F..... R\$ 4.900,00

##### 13 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.2140.2089.089 – Centro de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS  
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J..... R\$ 50.000,00

##### 14 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.2225.1120.120 – Construção e Ampliação das Unidades de Estratégias de Saúde da Família  
44.90.51.00.00 – 201 – Obras e Instalações..... R\$ 180.000,00

**TOTAL..... R\$ 294.900,00**

**Art. 2º** Para cobertura do **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da **ANULAÇÃO PARCIAL** das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes de recursos:

#### 02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis

##### 01 – Secretaria Municipal de Governo

04.122.2010.2011.011 – Manutenção da Secretaria

44.90.52.00.00 – 1 – Equipamentos e Material Permanente..... R\$ 60.000,00

33.90.36.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.F..... R\$ 20.000,00  
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J..... R\$ 40.000,00

##### 03 – Secretaria Municipal de Finanças

04.122.2030.2027.027 – Manutenção da Secretaria  
33.90.92.00.00 – 1 – Despesas de Exercícios Anteriores..... R\$ 4.900,00

##### 14 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.2235.1662.662 – Convênio Associação Matogrossense de Prev. Assist. e Reabilitação dos Usuários de Drogas - AMPARU  
33.70.41.00.00 – 201 – Contribuições..... R\$ 60.000,00

10.301.2225.2196.196 – Manutenção da Saúde Bucal  
31.90.04.00.00 – 201 – Contratação por Tempo Determinado..... R\$ 120.000,00

##### 17 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

04.122.2310.2176.176 – Reforma do Paço Municipal  
33.90.30.00.00 – 1 – Material de Consumo..... R\$ 13.782,46

04.122.2310.1103.103 – Ampliação do Paço Municipal  
44.90.51.00.00 – 1 – Obras e Instalações..... R\$ 7.000,00

15.451.2310.1684.684 – Construção de Calçadas  
44.90.51.00.00 – 1 – Obras e Instalações..... R\$ 17.000,00

26.782.2310.1097.097 – Construção de Pontes, Bueiros, Mata Burros e Serviços Complementares  
44.90.51.00.00 – 1 – Obras e Instalações..... R\$ 12.217,54  
**TOTAL..... R\$ 294.900,00**

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 19 de maio de 2011; 95º da Fundação  
e 57º da Emancipação Política

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

**GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
Secretário Municipal de Governo

Quinta - feira, 19 de Maio de 2011.

## LEI Nº 6.722, DE 19 DE MAIO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo a realizar, no vigente orçamento, abertura de **CRÉDITO ESPECIAL** até o montante de R\$ 139.957,50 (Cento e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais, e cinquenta centavos), e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

### FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à abertura de **CRÉDITO ESPECIAL** no exercício vigente até o montante de R\$ 139.957,50 (Cento e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais, e cinquenta centavos), para criação da seguinte dotação orçamentária e respectivas fontes de recursos:

#### 02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis

##### 13 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.2170.1691.691 – Reforma e Ampliação do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS  
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J..... R\$ 34.928,49  
44.90.51.00.00 – 1 – Obras e Instalações..... R\$ 105.029,01  
**TOTAL..... R\$ 139.957,50**

**Art. 2º** Para cobertura do **CRÉDITO ESPECIAL**, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da **ANULAÇÃO PARCIAL** das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes de recursos:

<b>02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis</b>		
<b>17 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo</b>		
18.544.2300.2162.162 – Canalização e Drenagem de Córregos e Rios		
44.90.51.00.00 – 1 – Obras e Instalações.....	R\$	50.000,00
<b>04.122.2310.2176.176 – Reforma do Paço Municipal</b>		
33.90.30.00.00 – 1 – Material de Consumo.....	R\$	39.957,50
33.90.36.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.F.....	R\$	50.000,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$</b>	<b>139.957,50</b>

**Art. 3º** Fica inserido no anexo I da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Anexo I do Plano Plurianual – PPA no Programa 2170, na unidade responsável: Fundo Municipal de Assistência Social, a ação descrita no Art. 1º desta Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 19 de maio de 2011; 95º da Fundação  
e 57º da Emancipação Política

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

**GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
Secretário Municipal de Governo

# Portaria

IMPRO

## PORTARIA Nº 893/2011, DE 05 DE MAIO DE 2011.

### DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA.

JOSEMAR RAMIRO E SILVA, Diretor Executivo - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Rondonópolis - IMPRO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 4.614, de 25/08/2005, publicada no Diário Oficial de Rondonópolis - DIORONDON aos 31/08/2005.

#### RESOLVE:

**Artigo 1º** - Conceder o benefício de Auxílio-Doença, aos servidores abaixo relacionados, com os direitos a eles inerentes:

Processo	Nome/Secretaria	Matrícula	Período	Situação
873/2011	Elton Ferreira de Oliveira – Técnico Contabilidade – Secretaria Municipal de Finanças	85774-1	05/05/2011 19/05/2011	Inicial
874/2011	José Carlos de Oliveira Santos – Agente de Fiscalização de Trânsito – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito	91936-2	24/04/2011 23/05/2011	Inicial

**Artigo 2º** - Estabelecer, de acordo com artigo 17, parágrafo 2º; artigo 18, parágrafos 1º, 2º, 3º; artigo 19; artigo 20; artigo 21; artigo 36, parágrafo único e artigo 53 da Lei Municipal nº 4.614, de 25 de agosto de 2005 e Laudos Médicos Periciais;

**Artigo 3º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos aos respectivos inícios dos períodos de abrangências especificados no quadro demonstrativo acima, revogando-se as disposições em contrário;

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Rondonópolis (MT), 05 de maio de 2011.

**JOSEMAR RAMIRO E SILVA**  
Diretor Executivo

Edson Wander Pina da Silva  
Gerente de Benefícios Previdenciários

Lindinalva Alves da Silva  
Gerente de Administração e Finanças

Registrada neste Instituto e publicada por  
afixação no lugar público de costume e no  
Diário Oficial do Município, na data supra

# Decreto

## DECRETO Nº. 6.202, DE 19 DE MAIO DE 2011.

Realiza abertura de **CRÉDITO SUPLEMENTAR** no valor de R\$ 294.900,00 (Duzentos e noventa e quatro mil, novecentos reais) e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, em especial pela Lei nº. 6.723 de 19 de maio de 2011...

### DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto no vigente orçamento **CRÉDITO SUPLEMENTAR** no valor de R\$ 294.900,00 (Duzentos e noventa e quatro mil, novecentos reais) para reforços das seguintes dotações orçamentárias:

#### 02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis

##### 01 – Secretaria Municipal de Governo

04.122.2010.2011.011 – Manutenção da Secretaria  
44.90.52.00.00 – 1 – Equipamentos e Material Permanente..... R\$ 60.000,00

##### 03 – Secretaria Municipal de Finanças

04.122.2030.2027.027 – Manutenção da Secretaria  
33.90.36.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.F..... R\$ 4.900,00

##### 13 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.2140.2089.089 – Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS  
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J..... R\$ 50.000,00

##### 14 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.2225.1120.120 – Construção e Ampliação das Unidades de Estratégias de Saúde da Família  
44.90.51.00.00 – 201 – Obras e Instalações..... R\$ 180.000,00

**TOTAL..... R\$ 294.900,00**

**Art. 2º** Para cobertura do **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da **ANULAÇÃO PARCIAL** das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes de recursos:

#### 02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis

##### 01 – Secretaria Municipal de Governo

04.122.2010.2011.011 – Manutenção da Secretaria  
33.90.36.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.F..... R\$ 20.000,00  
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J..... R\$ 40.000,00

#### 03 – Secretaria Municipal de Finanças

04.122.2030.2027.027 – Manutenção da Secretaria  
33.90.92.00.00 – 1 – Despesas de Exercícios Anteriores..... R\$ 4.900,00

#### 14 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.2235.1662.662 – Convênio Associação Matogrossense de Prev. Assist. e Reabilitação dos Usuários de Drogas - AMPARU  
33.70.41.00.00 – 201 – Contribuições..... R\$ 60.000,00

10.301.2225.2196.196 – Manutenção da Saúde Bucal

31.90.04.00.00 – 201 – Contratação por Tempo Determinado..... R\$ 120.000,00

#### 17 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

04.122.2310.2176.176 – Reforma do Paço Municipal  
33.90.30.00.00 – 1 – Material de Consumo..... R\$ 13.782,46

04.122.2310.1103.103 – Ampliação do Paço Municipal

44.90.51.00.00 – 1 – Obras e Instalações..... R\$ 7.000,00

15.451.2310.1684.684 – Construção de Calçadas

44.90.51.00.00 – 1 – Obras e Instalações..... R\$ 17.000,00

26.782.2310.1097.097 – Construção de Pontes, Bueiros, Mata Burros e Serviços Complementares

44.90.51.00.00 – 1 – Obras e Instalações..... R\$ 12.217,54

**TOTAL..... R\$ 294.900,00**

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

#### GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Rondonópolis, 19 de maio de 2011; 95º da Fundação  
e 57º da Emancipação Política

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado  
no DIORONDON.

**GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
Secretário Municipal de Governo

## DECRETO Nº 6.201, DE 19 DE MAIO DE 2011.

Autoriza o Poder Executivo a realizar, no vigente orçamento, abertura de **CRÉDITO ESPECIAL** até o montante de R\$ 139.957,50 (Cento e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais, e cinquenta centavos), e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, em especial pela Lei nº. 6.722 de 19 de maio de 2011...

### DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto no vigente orçamento **CRÉDITO ESPECIAL** no valor de R\$ 139.957,50 (Cento e trinta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais, e cinquenta centavos), para criação da seguinte dotação orçamentária e respectivas fontes de recursos:

#### 02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis

##### 13 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.2170.1691.691 – Reforma e Ampliação do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS  
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J..... R\$ 34.928,49  
44.90.51.00.00 – 1 – Obras e Instalações..... R\$ 105.029,01  
**TOTAL..... R\$ 139.957,50**

**Art. 2º** Para cobertura do **CRÉDITO ESPECIAL**, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da **ANULAÇÃO PARCIAL** das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes de recursos:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis		
17 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo		
18.544.2300.2162.162 – Canalização e Drenagem de Córregos e Rios		
44.90.51.00.00 – 1 – Obras e Instalações.....	R\$	50.000,00
04.122.2310.2176.176 – Reforma do Paço Municipal		
33.90.30.00.00 – 1 – Material de Consumo.....	R\$	39.957,50
33.90.36.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.F.....	R\$	50.000,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$</b>	<b>139.957,50</b>

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

#### GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Rondonópolis, 19 de maio de 2011; 95º da Fundação  
e 57º da Emancipação Política

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado  
no DIORONDON.

**GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
Secretário Municipal de Governo



**DECRETO Nº 6.200, DE 19 DE MAIO DE 2011.**

Realiza abertura de **CRÉDITO SUPLEMENTAR** no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais) e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, em especial pela Lei nº. 6.721 de 19 de maio de 2011...

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aberto no vigente orçamento, **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), para criação do elemento de despesa dentro da seguinte dotação orçamentária e respectiva fonte de recurso:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis  
01 – Secretaria Municipal de Governo  
27.813.2280.1679.679 – Auxílio Financeiro a Diocese de Rondonópolis  
33.50.41.00.00 – 1 - Contribuições ..... R\$ 7.000,00

**Art. 2º** Para cobertura do **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, a que se refere o artigo anterior, será utilizado recurso proveniente da **ANULAÇÃO PARCIAL** da seguinte dotação e respectiva fonte de recurso:

02 - Prefeitura Municipal de Rondonópolis  
01 - Secretaria Municipal de Governo  
04.122.2010.2015.015 – Assessoria de Cerimonial e Eventos  
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF.....R\$ 7.000,00

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 19 de maio de 2011: 95º da Fundação e 57º da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no DIORONDON.

**GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
Secretário Municipal de Governo

**DECRETO Nº 6.198, DE 19 DE MAIO DE 2011.**

Realiza abertura de **CRÉDITO ESPECIAL** no valor de R\$ 4.500.000,00 (Quatro milhões e quinhentos mil reais), e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, em especial pela Lei nº. 6.719 de 19 de maio de 2011...

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aberto no vigente orçamento **CRÉDITO ESPECIAL** no valor de R\$ 4.500.000,00 (Quatro milhões e quinhentos mil reais) para criação do elemento de despesa e respectiva fonte de recurso:

**02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis**  
**17 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo**  
15.452.2300.2173.173 – Conservação e Manutenção de Vias Pavimentadas  
33.90.30.00.00 – 1 - Material de Consumo..... R\$ 300.000,00  
33.90.30.00.00 – 301 - Material de Consumo..... R\$ 4.200.000,00  
**TOTAL..... R\$ 4.500.000,00**

**Art. 2º** Para cobertura do **CRÉDITO ESPECIAL**, a que se refere o Artigo anterior, será utilizado o recurso proveniente da **ANULAÇÃO PARCIAL** da seguinte dotação orçamentária e respectivas fontes de recursos:

<b>02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis</b>		
<b>17 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo</b>		
15.452.2300.2173.173	Conservação e Manutenção de Vias Pavimentadas	
33.90.39.00.00 – 1 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$	500.000,00
33.90.39.00.00 – 301 – Outros Serviços de Terceiros – P.J.....	R\$	4.000.000,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$</b>	<b>4.500.000,00</b>

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 19 de maio de 2011: 95º da Fundação e 57º da Emancipação Política

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no DIORONDON.

**GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
Secretário Municipal de Governo

**DECRETO Nº 6.199, DE 19 DE MAIO DE 2011.**

Realiza abertura de **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), e dá outras providências:

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, em especial pela Lei nº 6.720 de 19 de maio de 2011...

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aberto no vigente orçamento **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais), para criação do elemento de despesa dentro da seguinte dotação orçamentária e respectiva fonte de recurso:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis  
16 – Secretaria Municipal de Esporte Cultura e Lazer  
27.813.2280.1678.678 – Convênio com a Diocese de Rondonópolis  
33.50.41.00.00 – 1 - Contribuições ..... R\$ 2.000,00

**Art. 2º** Para cobertura do **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, a que se refere o artigo anterior, será utilizado recurso proveniente da **ANULAÇÃO PARCIAL** da seguinte dotação e respectiva fonte de recurso:

02 - Prefeitura Municipal de Rondonópolis  
01 - Secretaria Municipal de Governo  
04.122.2010.2015.015 – Assessoria de Cerimonial e Eventos  
33.90.36.00.00 – 1 - Outros Serviços de Terceiros – PF.....R\$ 2.000,00

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 19 de maio de 2011: 95º da Fundação e 57º da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no DIORONDON.

**GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
Secretário Municipal de Governo

**DECRETO Nº 6.197, DE 18 DE MAIO DE 2011.**

Dispõe sobre delegação de poderes interinamente ao Sr. CELSON ANTÔNIO DE CARVALHO (Assessor de Trabalhos Externos), e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais em especial pelo art. 79 da Lei Orgânica Municipal e art. 40 da Lei Complementar nº 031/2005...

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica delegado poderes interinamente ao Sr. CELSON ANTÔNIO DE CARVALHO (Assessor de Trabalhos Externos), para assinar os documentos referentes à Assessoria de Comunicação / Secretaria Municipal de Governo.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 18 de maio de 2011: 95º da Fundação e 57º da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no DIORONDON.

**GERSON ARAÚJO DE OLIVEIRA**  
Secretário Municipal de Governo



# Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO.  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2011.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, n.º 526, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT., através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, realizará a licitação em epígrafe às 14:00 horas do dia 1º de junho 2011, na sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.ºs 01 e 02, contendo: proposta comercial e documentos de habilitação, respectivamente, para o seguinte objeto: aquisição de material para conservação da sinalização urbana, e outros para atender as Secretarias Municipais, conforme especificações contidas no edital. Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico [www.rondonopolis.mt.gov.br](http://www.rondonopolis.mt.gov.br) opção: Licitação, ou no endereço acima citado, horário das 13:00 às 18:00 horas, telefone para contato (66) 3411-5739, Departamento de Compras/Licitação.

Rondonópolis-MT., 19 de maio de 2011.

  
José Edison Gonçalves  
Pregoeiro

**RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 42/2011.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, em licitação na modalidade supracitada, realizada no dia 17/05/2011 às 08:30 horas, na Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura, tendo como objeto: "Aquisição de materiais de expediente, materiais para cursos, materiais para manutenção de instrumentos musicais e outros visando atender às necessidades das Secretarias deste município, conforme especificações constantes do Anexo I – Itens do Pregão, Formulário Padrão da PMR." Que após a análise detalhada das propostas apresentadas pela empresa participante, foi considerada **Classificada e Vencedora** do presente certame a seguinte empresa:

Lote	Licitante Vencedor	Valor por Lote R\$
01	MARIA JOSE DOS REIS NETO	59.950,00
02	MARIA JOSE DOS REIS NETO	2.300,00
03	CANCELADO	-
04	CANCELADO	-
05	MARIA JOSE DOS REIS NETO	8.599,90
Total Licitado		70.849,90

Rondonópolis-MT, 19 de maio de 2011.

  
Adriana Portela de Oliveira  
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO.  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 49/2011.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, n.º 526, Bairro Vila Aurora, torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT., através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, realizará a licitação em epígrafe às 08:30 horas do dia 31 (trinta e um) de maio de 2011, na sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes n.ºs 01 e 02, contendo: proposta comercial e documentos de habilitação, respectivamente, para o seguinte objeto: contratação de serviços com fornecimento de peças para manutenção e conserto de equipamentos de refrigeração e outros, para atender as Secretarias do Município de Rondonópolis-MT., conforme especificações contidas no edital.

Os interessados poderão retirar o edital completo gratuitamente no endereço eletrônico [www.rondonopolis.mt.gov.br](http://www.rondonopolis.mt.gov.br) opção: Licitação ou no endereço acima citado, horário das 12:00 às 18:00 horas, telefone para contato (66) 3411-5739, Departamento de Compras/Licitação.

Rondonópolis-MT, 18 de maio de 2011.

  
José Edison Gonçalves  
Pregoeiro

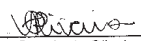
**RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO**  
**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 40/2011.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, em licitação na modalidade supracitada, realizada no dia 11/05/2011 às 08:30 horas, na Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura, tendo como objeto: Contratação dos serviços de sonorização, decoração, filmagens, confecção de faixas e outros, visando atender às necessidades das Secretarias deste Município, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – Itens do Pregão, Formulário Padrão da PMR.

Que após a análise detalhada das propostas apresentadas pelas empresas participantes, foram consideradas **Classificadas e Vencedoras** do presente certame as seguintes empresas:

Lote	Licitante Vencedor	Valor por Lote R\$
01	MARCOS EDENER DA SILVEIRA – ME	120.000,00
02	M. PEREIRA DE OLIVEIRA – ME	18.000,00
03	M. PEREIRA DE OLIVEIRA – ME	2.200,00
04	DESERTO	-
05	EDNEIA MARIA DE OLIVEIRA ANDRADE GRÁFICA ELISA ME	2.990,00
06	MARCOS EDENER DA SILVEIRA – ME	8.800,00
Total Licitado		151.990,00

Rondonópolis-MT, 19 de maio de 2011.

  
Adriana Portela de Oliveira  
Pregoeira

**ERRATA DO RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO**  
**MODALIDADE: "CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2011."**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Concorrência Pública nº 03/2011, tendo como objeto **"CONSTRUÇÃO DE POSTO DE SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF, NO BAIRROS JARDIM MARGARIDA, VILA CARDOSO, VILA RICA, JARDIM MORUMBI, PEDRA 90 MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS"**, que por um equívoco na contagem dos dias, a comissão está republicando o prazo recursal, que após a análise detalhada da documentação apresentada pelas empresas participante, foi considerada **HABILITADA PARA A SEGUNDA FASE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**, os licitantes:

- SP MARTINS ME, KVS CONSTRUÇÕES LTDA e SERSAN SERVIÇOS SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA-ME

As empresas inabilitadas foram:

- ARARAS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA por descumprir os itens 6.3.3, c, 6.3.4 e 6.3.13 do edital; CONSTRUTORA ALFER LTDA-EPP apresentou o atestado de capacidade técnica faltando os quantitativos do serviço descumprindo os itens 6.3.3 e 6.3.11 do edital; DF PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA-ME por descumprir os itens 6.2.2.2, D e E, 6.2.3.1, 6.2.3.4, 6.2.3.5, 6.3.1, 6.3.3, a, 6.3.4.6.11 e 6.3.13 do edital; TERRANORTE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA apresentou o atestado de capacidade técnica faltando os quantitativos do serviço descumprindo os itens 6.3.3 e 6.3.11 do edital. ALIANÇA CONSTRUÇÕES LTDA – ME descumpriu o item 6.2.3.4 não apresentou o livro diário contendo o número do livro, o termo de abertura e encerramento do balanço patrimonial, apresentou o atestado de capacidade técnica faltando os quantitativos do serviço descumprindo os itens 6.3.3 e 6.3.11 do edital; LUMA CONSTRUTORA LTDA – EPP descumpriu o item 6.2.3.3, 6.2.3.4 e 6.2.3.5 do edital.

A Comissão de Licitação informa aos representantes das empresas supracitadas, que transcorrido o prazo recursal, proceder-se-á a abertura dos envelopes contendo a proposta comercial das empresas habilitadas no dia **26/05/2011, às 14:00 horas**, no mesmo local da abertura.

Rondonópolis-MT, 19 de maio de 2011.

  
**LEANDRO JUNQUEIRA DE PÁDUA ARDUINI**  
 Presidente da Comissão de Licitação.

**RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO**

**MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2011.**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, em licitação na modalidade supracitada, realizada no dia **13/05/2011 às 08:30 horas**, na Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura, tendo como objeto: **Aquisição de material elétrico para iluminação e atender Secretarias deste Município, conforme especificações contidas no edital.**

Que após a análise detalhada das propostas apresentadas pelas empresas participantes, foi considerada **Classificada e Vencedora** do presente certame a seguinte empresa:

Lote	Licitante Vencedor	Valor por Lote R\$
01	ILUMINAR MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME	280.000,00
<b>Total Licitado</b>		<b>R\$ 280.000,00</b>

Rondonópolis-MT, 19 de Maio de 2011.

  
**José Edilson Gonçalves**  
 Pregoeiro

**SERVSUADE**

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 022/2011, DE 12 DE MAIO DE 2011.**

**VILMONDES APRIGIO DA SILVA LUZ**, Diretor Executivo do Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Municipais de Rondonópolis-MT - **SERV SAUDE**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 52º da Lei n.º 4.616, de 25/08/2005.

**CONSIDERANDO** que a aplicação do artigo 11, XXIII (alterado pela Lei Municipal nº 6.504 de 23/09/2010, tem gerado muitas divergências;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar as despesas de acompanhantes, no caso de internação hospitalar de pacientes segurados e seus respectivos dependentes, conforme a faixa etária de idade, com respaldo legal nos seguintes diplomas: Estatuto da Criança e Adolescente em seus artigos 2º e 12º c/c Estatuto do Idoso, artigos 1º e 16.

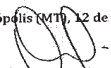
**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - O Instituto Serv Saúde, arcará com as despesas dos acompanhantes no caso de internação hospitalar de pacientes com idade até 18 (dezoito) anos.

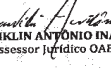
**§ 1º** Garantir as despesas com acompanhantes no caso de internação hospitalar de pacientes com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

**Artigo 2º** - Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rondonópolis (MT), 12 de maio de 2011.

  
**VILMONDES APRIGIO DA SILVA LUZ**  
 Diretor Executivo do Serv Saúde

  
**NEUZACI DOS SANTOS FERREIRA**  
 Gerente de Administração e Assistência

  
**FRANKLIN ANTONIO INACIO FREITAS**  
 Assessor Jurídico OAB/MT 13.155

# Notificação

DATA: 18/05/2011

NOTIFICAÇÃO	PROPRIETARIO	IMÓVEL	BAIRRO	INTIMAÇÃO
201100958	ALI KAHILI ZAHAR	160256	CIDADE SALMEN	LIMPEZA DE TERRENO
201100957	ALI ABOUL RAHAMA OMAIS	160148	CIDADE SALMEN	LIMPEZA DE TERRENO
201101151	LEODETE DE PINHO CARVALHO	581720	VL.MARINOPOLIS	LIMPEZA DE TERRENO
201101115	GERVASIO YOSHIO GONDON	427640	PQ.SAGRADA FAMILIA	LIMPEZA DE TERRENO
201101106	EDNO ANTONIO DA SILVA	438340	PQ.SAGRADA FAMILIA	LIMPEZA DE TERRENO
201100929	MARIA DAS DORES A.ALMEIDA	500623	PQ.SÃO JORGE	LIMPEZA DE TERRENO
201100992	ARLINDO JOAQUIM DE ARAUJO	145106	VL.ADRIANA	LIMPEZA DE TERRENO
201101009	ORIAS RODRIGUES LOPES	149039	VL.ADRIANA	LIMPEZA DE TERRENO
201101008	ORIAS RODRIHUES LOPES	149047	VL.ADRIANA	LIMPEZA DE TERRENO
201101012	JAIRO FRANCO SEVERINO	148768	VL.ADRIANA	LIMPEZA DE TERRENO
201101013	JAIRO FRANCO SEVERINO	148776	VL.ADRIANA	LIMPEZA DE TERRENO
201101030	ZENAIDE RODRIGUES VIEIRA	149497	VL.ADRIANA	LIMPEZA DE TERRENO
201101019	UMBERTO VIEIRA	148628	VL.ADRIANA	LIMPEZA DE TERRENO
201101000	PLATAO DUCCI COBIANCHI	147974	VL.ADRIANA	LIMPEZA DE TERRENO
TOTAL NOT.14				

DATA:18/05/2011

INSCRIÇÃO	Nº NOTIFICAÇÃO	OBSERVAÇÃO
147974	201101000	CIENTE-ASS.POR.GILDA F.CARVAHO